

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA

ATA N. 13, DE 11.09.2015

No dia 11 de setembro de 2015, pelas 17.00, realizou-se uma visita guiada pela Freguesia de Santa Maria de Sardoura aos locais de Boure, Loteamento de S. Gens, Vale de S. Gens e Zona de Lazer de S. Gens, tendo terminado pelas 19H00 para jantar e iniciados os trabalhos da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva (AM) pelas 21.05h na Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Intervenções públicas iniciais: a) saudação e intervenção da Sra. Presidente da Junta de Freguesia em representação desta; b) intervenções de membros da Assembleia de Freguesia; c) intervenções de outras pessoas do público presente; d) respostas a questões eventualmente colocadas.
2. Assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia).
3. Atividades desenvolvidas no âmbito da comunidade intermunicipal do Tâmega e Sousa e sua repercussão designadamente no Município de Castelo de Paiva – interpelação ao Sr. Secretário Executivo da CIM-TS, Sr. Dr. Alírio Costa (art. 25/5-a da lei n.º 75/2013).
4. Atas das sessões de 30.06.2015, de 25.02.2015 e de 27.06.2014.
5. Informação escrita da atividade da CM e da situação financeira da mesma.
6. Nomeação para a certificação legal das contas, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, em relação aos exercícios económicos de 2015/2016/2017.
7. Outras intervenções de pessoas do público presente.

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre, José Vieira Gonçalves, José António da Costa Moreira da Rocha, Giselda Martins de Sousa Neves, António da Silva Pinto, Fernando Rodrigues Alves, Ângelo Soares Fernandes, Abel Duarte Barbosa, José Duarte Sousa Rocha; Maria Alcina Gonçalves Correia, Maria Manuela de Sousa Moreira, Marta do Rosário Martins Moreira Teixeira; Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira, Maria Celeste José dos Santos, Liliana Catarina Martins Vieira, Pedro Miguel de Jesus Mendes em substituição do Presidente da União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, José Manuel Fernandes Moreira em substituição do Presidente da União de Freguesias de Sobrado e Bairros, António Filipe Moura Fernandes, Vítor Manuel Quintas Pinho, Joselina Maria Barbosa Fernandes Casaca, Agostinho Manuel Luís Monteiro, Tiago José Moreira da Rocha, Marisa Vieira da Cunha Santos, Fernando Manuel Rocha Moreira.

Da Câmara Municipal (CM) participaram: o Presidente, Gonçalo Rocha e os Vereadores José Manuel Carvalho, Manuel Joaquim Correia Almeida Junot da Silva, e Vanessa Pereira.

Presidiu Gouveia Coelho, assessorado pelos secretários, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre e José Vieira Gonçalves, Primeiro e Segundos Secretários respetivamente.

Pediram a suspensão de mandato os Membros:

- a) Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro; b) Manuel António da Rocha Pereira pelo período de 5 dias; c) Ricardo Costa Moreira; d) José Manuel Lopes de Almeida; pelo período de 15 dias; e) Cátia Cristina Gomes Rodrigues pelo período de 1 ano; f) Manuel da Costa Moreira Rocha Correia; g) António Pedro Maldonado Martins Carvalho; h) Ricardo Jorge Martins Alves.

A AM nada opôs às requeridas suspensões, aceitando que em vez daqueles, participassem na reunião os respetivos substitutos, ou seja: a) Marisa Vieira da Cunha Santos; b) Fernando da Silva Moreira; c) Liliana Catarina Martins Vieira; d) Almiro Miguel Santos Rodrigues Moreira; e) Maria Celeste José dos Santos; f) Tiago José Moreira da Rocha.

O Presidente da AM declarou aberta a sessão às 21.05h.

1 INTERVENÇÕES PÚBLICAS INICIAIS: A) SAUDAÇÃO E INTERVENÇÃO DA SRA. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA EM REPRESENTAÇÃO DESTA; B) INTERVENÇÕES DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA; C) INTERVENÇÕES DE OUTRAS PESSOAS DO PÚBLICO PRESENTE; D) RESPOSTAS A QUESTÕES EVENTUALMENTE COLOCADAS.

Joselina Casaca, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura começou por dar as boas vindas à Freguesia de Sardoura a todos os presentes. Agradeceu ao Presidente da AM, pelo gosto que tinham em receber a AM, porque olhavam como uma oportunidade para que todos se debruçassem sobre as questões de todas as freguesias, mas sobretudo para a questão de descentralizar o trabalho que era feito no Salão Nobre nas sessões da AM. Referiu-se ao trabalho que tinha desenvolvido como Presidente de Junta, no projeto que abraçou juntamente com os colegas do executivo e mostrar todas as dificuldades que sentiam, que era difícil conciliar a vida profissional e familiar com todos os desafios que uma junta de freguesia propunha. Como eram escassos os meios, os resultados não eram assim tão visíveis, mas que eram os Presidentes das Juntas de Freguesia que mais diretamente contatavam com as populações, que recebiam a maior parte das queixas e poucas vezes eram felicitados. Aproveitava a oportunidade de ter todos os membros municipais, infelizmente nem todos aceitaram o convite de visitar a freguesia, e mostrar os pontos que careciam de uma intervenção mais rápida por parte da Junta de Freguesia, mas em colaboração com a CM. Fez referência à zona ribeirinha entre o Anjo e o Cais, era uma zona com grande potencial e achava que era ali que a Junta de Freguesia e a CM deveriam agarrar as oportunidades. Deviam

ver em que é que eram diferentes dos outros concelhos e de outras freguesias, encarar as diferenças como potencialidades. Se não era nas grandes potencialidades a nível industrial, possivelmente o turismo poderia ser uma porta aberta para o concelho. A Freguesia de Sardoura era uma dessas portas abertas para o Concelho e careciam do olhar para a zona marginal. A vista de Sardoura até Entre-os-Rios era bonita, mas não era muito bonita a vista de Entre-os-Rios para Santa Maria de Sardoura. Cabia a todos, e em reunião com o Sr. Presidente da CM já tinha falado naquela questão, solicitando a ele e aos senhores Vereadores um olhar atento à Freguesia de Sardoura não desprezando todas as outras. Era hora de deixarem algumas diferenças políticas que ainda podiam ter, que não eram muitas as diferenças porque tinham sido os dois eleitos pelo povo de Sardoura e que gostava, nos dois anos que ainda restavam em exercício, de conseguirem em conjunto concretizar aquilo que foram as promessas, porque sozinhos não conseguiam levar os projetos a bom porto. As diferenças tinham de ser esbatidas. Era Presidente da Junta de Freguesia e não tinha de ter rótulos políticos. Deixou uma sugestão à AM, que deveriam repensar nos lugares que os Presidentes das Juntas ocupavam, porque estavam na AM pelo cargo que ocupavam e não pelo partido ou pela lista que fizeram parte, e achava que não havia diferenças na ocupação dos lugares. Não deveriam deixar que os 4 anos caíssem em saco roto. Deveriam fazer valer o tempo, porque senão aqueles 4 anos não iam valer a pena. Referiu os novos projetos da Junta de Freguesia. Sem projetos grandiosos que implicassem grandes investimentos não eram capazes e a palavra de ordem do Executivo que liderava era o rigor das contas, e que tinha sempre orgulho em prestar contas do que estavam a fazer, então tinham de ir por um outro caminho. As apostas mais simples, como a cultura, porque era fácil chegar à população. Tinham construído um projeto, que era a Escola de Música da Freguesia. O amigo, coordenador e monitor daquele projeto era o Marçal e ia dar a palavra aquele projeto, para que pudessem ver o que faziam todas as semanas.

Presidente da AM esclareceu que os trabalhos da AM começaram com a visita à Freguesia de Sardoura pelas 17 horas.

Telma Silva – Presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, deu as boas vindas a todos os presentes e felicitou o Sr. Marçal pelo trabalho que estava a ser feito e pelo momento aprazível que tiveram. Era um exemplo positivo do que era feito na Freguesia de Sardoura. Infelizmente não tiveram muitas presenças na visita que fizeram à freguesia e aos pontos que elegeram como os mais críticos, mais pela vertente por terem algum potencial e que necessitavam de alguma intervenção. A zona ribeirinha poderia ser o ex-líbris da freguesia e do concelho, porque era um cartão de visita, era uma das entradas do concelho, precisava de alguma atenção. A zona de acesso à variante até ao Anjo e à localização da ETAR não tinha iluminação e os acessos e as estradas também não estavam bem. Reiterava o pedido de um olhar atento para verem as potencialidades

e verem o que era possível fazer pela freguesia de Sardoura. Se calhar estiveram um pouco esquecidos e que isto era o pensamento partilhado pelos habitantes de Sardoura. Todos juntos poderiam fazer mais e melhor. Compartilhavam da vontade de fazer e terem um futuro melhor e mais digno, mas para isso era preciso um olhar igualitário e equitativo para todos. Estavam disponíveis para colaborar em tudo o que era possível, porque todos queriam o mesmo, que era o desenvolvimento, atividade e dinamismo na Freguesia de Sardoura.

Manuel Mendes – Membro da Assembleia de Freguesia de Sardoura, saudou todos os presentes e referiu que eram várias as necessidades da Freguesia de Sardoura e que já tinham sido enunciados pela Presidente da Junta de Freguesia. Em prol do amor à terra não havia cores que os separavam e que deviam trabalhar em prol das necessidades que são de caráter urgente, mas que havia uma que era muito urgente, que era o campo de futebol de Santa Maria de Sardoura que estava completamente ao abandono, estava a degradar-se, a deteriorar-se a cada dia que passava. Era uma questão que todos deveriam ponderar, se era ou não exequível tornarem a colocar as infraestruturas no campo de futebol ou se deviam pensar numa alternativa. Achava que não deveriam deixar continuar a cair como estava a acontecer, porque o abandono nunca era solução. Não menos importante, no centro de Sardoura necessitavam de uma intervenção de requalificação e que se a Zona Industrial da Cruz da Carreira pudesse passar à prática para satisfazer algumas necessidades industriais do Concelho. Subscrevia as palavras das Presidente da Junta e Assembleia de Freguesia sobre a questão da zona ribeirinha de Boure, que tinha grandes potencialidades, mas que estava numa situação de quase abandono e com um cartão de visita menos próprio para uma das portas do concelho. Não se podiam esquecer as potencialidades do Rio Sardoura e era urgente uma intervenção de limpeza. Aquelas infraestruturas deviam estar enquadradas em fundos que não competiam à Junta de Freguesia nem à CM, tendo em conta o seu valor. Deviam ter consciência de dizer às populações que existia a necessidade de recorrer aos Quadros Comunitários para enquadrarem as obras, para serem financiadas pelos fundos comunitários para que fossem executados. Estava a referir-se ao Quadro Comunitário 2020. Já tinha passado 2014, 2015 estava a terminar e ninguém sabia da sua resolução. Era necessário trabalharem todos em conjunto no concelho, enquadrarem os projetos em fundos comunitários e candidatarem-se. O trabalho deveria ser feito em conjunto e em prol das freguesias e do concelho. Os fundos comunitários seriam a tábua de salvação para a resolução dos problemas demasiado caros para cofres demasiado vazios.

Carlos Filipe Trindade – Membro da Assembleia de Freguesia de Sardoura, saudou todos os presentes e referiu que havia muitas prioridades na Junta de Freguesia de Sardoura. Discordava do colega, Membro Manuel Mendes, porque não considerava que com a crise que o País atravessava, o campo de futebol fosse uma necessidade fundamental. Santa Maria de Sardoura, bem como todas as outras freguesias do

Concelho de Castelo de Paiva deparavam-se com um problema que assolava todo o país, que era a questão do desemprego. Era fundamental que avançassem com a zona industrial da Cruz da Carreira. Não era o Estado que tinha a competência de criar empregos, mas sim os investidores. Só conseguiam gerar empregos se conseguissem trazer para o Concelho ou para a Freguesia de Sardoura investidores e que estes só viriam se tivessem boas condições e infraestruturas. A questão da zona ribeirinha tinha muita potencialidade e achava que deveriam fazer uma intervenção rápida para tirarem proveito daquela zona. Quanto à requalificação do centro de Sardoura, ia mais além, porque deveria ser feita uma intervenção na reta da Lama e se olhassem para o piso viam que estava degradado. Alertou o Sr. Presidente da CM, e uma vez que já foi protocolado com a CM, a questão da zona de S. Gens, que havia lá dois depósitos de água e que alguma população de Sardoura queixava-se que não tinha água em determinados momentos. Aqueles depósitos estavam vazios e que era importante utilizá-los, mas só o podiam fazer se houvesse alguma intervenção para os colocar a funcionar. Quanto à questão de S. Gens, também achava que precisava de alguma requalificação, porque aquando da cedência do terreno foi protocolado que a CM iria proceder à colocação de camiões de terra, mas que isso não aconteceu. Eram várias as necessidades da Freguesia e que uma Junta não tinha capacidade financeira para fazer grandes obras, mas o que estavam a pedir era apenas colaboração, porque até ao momento nunca tinha havido um saco de cimento ou um bloco. Uma Junta de Freguesia que não tinha acompanhamento por parte da CM não poderia fazer mais do que já tinha feito. Solicitava ao Sr. Presidente da CM que olhasse mais para a Junta de Freguesia de Sardoura, uma vez que via as outras freguesias a trabalharem com a colaboração da CM.

Presidente da CM começou por saudar todos os presentes e referiu que tinha ouvido atentamente todas as intervenções, que acompanhou a visita à freguesia e uma das preocupações manifestada prendia-se com a requalificação da zona ribeirinha de Boure. Já estava agendada uma reunião com a APDL, entidade gestora do Rio Douro, e que a sua preocupação era elaborar um projeto de intervenção. O Quadro Comunitário ainda estava um pouco indefinido relativamente aos sítios e aos locais onde podiam ir buscar fundos para fazer intervenção, e se a APDL não o fizesse, seria a CM a fazê-lo. Porque a qualquer momento se abrir uma linha de financiamento para aquele efeito era importante avançar com uma intervenção daquele local, que tinha uma envolvente muito interessante e que estava junto a um local muito importante, sob o ponto de vista económico, que era o Porto de Sardoura. Garantia que o projeto iria avançar, iria submeter uma candidatura, que tudo ficaria preparado e quando houvesse oportunidade iriam submetê-la. Outro projeto que era muito importante para a Freguesia e para o Concelho era a Zona Industrial da Cruz da Carreira, que tinham praticamente tudo concluído, mas havia alguma dificuldade em encontrar linha de financiamento e de apoio para aquela iniciativa, mas a grande preocupação que tinha era a Lei dos compromissos.

Explicou que aquela Lei colocava muitas dificuldades em conseguir encontrar o montante suficiente para fazer o compromisso que era na ordem dos 4 milhões de euros. Aquela era uma temática que tinham de bater junto do Governo, para que os investimentos que tinham financiamento comunitário assegurado fossem estar descomprometidos com aquele entrave na Lei. Era uma das áreas em que se deu um avanço significativo tinha sido no saneamento básico e que o investimento estava praticamente concluído através da SIMDOURO, que resolveu o problema em alta e faltava só a ligação em baixa. Sobre a regeneração urbana da Freguesia, era um trabalho difícil no âmbito dos fundos comunitários, porque o grande montante da regeneração urbana ficou afeta à área metropolitana do Porto. 29 Municípios da zona norte ficavam com fundos diretamente acessíveis na ordem dos 400 milhões de euros, enquanto os outros 59 municípios ficavam com uma modéstia quantia de 123 milhões de euros. Se não tivessem financiamento para a regeneração urbana de reabilitação iria ser muito difícil conseguir aceder a fundos para aquele tipo de intervenções. Aproveitou para dizer que para a requalificação de toda a via da zona central de Sardoura, incluído a reta da Lama tinham já o projeto elaborado e assim que a candidatura estiver disponível será submetida. Entretanto, tinha uma solução que visará a recuperação do pavimento atual e contava fazê-la no mais curto espaço de tempo. Era uma situação provisória mas ia resolver as questões daquela zona central. Anunciou que ia avançar com a pavimentação do aceso do Pereiro que estava a necessitar de uma intervenção urgente e que iriam também avançar com a pavimentação de Algar. Quanto à questão da água, era uma situação que o preocupava. Tinham recebido algumas manifestações de desagrado, mas já tinham a solução devidamente orientada com a Empresa Águas do Norte, que havia um acordo já firmado para a distribuição através dos depósitos que estavam no Monte de S. Gens para resolver o problema em Sardoura e outro na Freguesia de Raiva. Havia um conjunto de intervenções que estavam devidamente programadas, mas era muito difícil, atendendo ao custo que estavam a suportar do empréstimo da Direção Geral do Tesouro de 3,5 milhões de euros que tinham de ser pagos em 5 anos. Esta situação era condicionante e sobrava muito pouco para se fazer investimentos. Esperava que o Quadro Comunitário saísse da gaveta, porque estava muito atrasado, estava muito vocacionado para o imaterial e muito pouco vocacionado para aquilo que era o investimento público, sobretudo para as autarquias. Um Concelho como Castelo de Paiva sem financiamento comunitário tornava-se muito difícil fazer investimentos estruturantes. Gostava de investir muito mais na Freguesia de Sardoura, mas tinham de fazer o equilíbrio, de forma a não deixarem de cumprir com todos as metas e honrar todos os planos de pagamentos e os compromissos com a banca. Compreendia os anseios das pessoas, mas tinham de ter controlo e rigor no que era essencial.

2 ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO (PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA).

José Rocha saudou todos os presentes em especial a Sr^a. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura por receber a AM na Freguesia e felicitou o Presidente da AM pela realização da segunda AM descentralizada, visando aproximar os eleitores dos eleitos para a AM. Referiu que naquela intervenção inicial, e atendendo à situação dramática em que se encontravam milhões de pessoas, nossas semelhantes, pretendia abordar a problemática com que estavam confrontados, enquanto humanistas e europeus convictos, que era o sofrimento e desespero dos refugiados, que diariamente a comunicação social retratava. Assistiam ao aparecimento gradual de uma corrente de opinião cada vez mais consolidada no País, na qual se revia, assim como em iniciativas desenvolvidas por Municípios, Juntas de Freguesia, Instituições Particulares de Solidariedade Social, de apoio a refugiados para que aqueles fossem acolhidos com a dignidade que mereciam. Em causa estavam seres humanos, em fuga de uma guerra para a qual nada contribuíram, e era por isso que apresentava em nome do PSD de Castelo de Paiva solidariedade para com todos os refugiados e apelou ao Executivo Municipal que estimulasse a Rede Social a estudar a capacidade de resposta para eventualmente, dentro das suas limitadas possibilidades, receber refugiados que estavam protegidos por um estatuto muito próprio. Caso a Rede Social concluísse que não reuniam as condições necessárias, não deveriam resignar-se nem esmorecer, mas verem a hipótese de num enquadramento mais global, nomeadamente através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, de serem úteis. Queria garantir que do Partido Social Democrata estava motivado e disponível para colaborar na busca de soluções para atenuar a dor e sofrimento daqueles nossos semelhantes e esperava que jamais algum Português tivesse na vida de passar. A realidade não era laranja nem rosa, era manifestamente negra.

José António Rocha saudou todos os presentes em especial a Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura pela disponibilidade demonstrada por receber a sessão da AM e que aproveitaram a oportunidade de fazerem sentir os anseios e as necessidades da Freguesia. Deu os parabéns ao Presidente da AM pela descentralização dos serviços da AM. Sobre o IMI, havia a possibilidade da CM propor à AM uma redução de IMI para as famílias com filhos. Que aquela redução poderia ir até 20% no caso de agregados familiares com 3 dependentes. Era uma comunicação que a CM teria de fazer à Autoridade Tributária até 30 de Novembro. Numa altura em que estavam com uma carga enorme de impostos se calhar seria benvindo. Solicitou à comunicação social que abordassem aquela questão. Em 2012 houve uma avaliação geral de todos os prédios urbanos. Tinha havido muita pressão e pressa naquela avaliação e provavelmente algumas não foram bem avaliadas. Já tinham decorrido 3 anos e que durante o ano de 2015 já podiam pedir uma nova avaliação e, eventualmente, e poder-se-ia reduzir o valor patrimonial, reduzindo também o pagamento do imposto.

Agostinho Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, saudou todos os presentes, em especial a Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura. Lembrou a visita que teve da CM e da AM, no dia da Freguesia de S. Martinho e agradeceu a todos a presença. Lembrou também que no dia 19, a Junta de Freguesia iria fazer um reconhecimento ao Grupo Desportivo de Castelo de Paiva e ao atleta Vitor Barbosa, um jovem da Freguesia de S. Martinho que irá representar a bandeira de Portugal no País de Gales, Estando todos os presentes convidados para aquela cerimónia, que vai ter lugar na Sede da Junta de Freguesia às 21horas. Agradeceu ao Presidente da AM pela iniciativa que teve em realizar a sessão da AM em Sardoura, mas esperava que também realizasse uma sessão da AM em S. Martinho.

Vitor Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Real saudou todos os presentes, em especial a Presidente da Junta de Freguesia de Sardoura. Referiu que quando ouviu a Presidente da Junta e da Assembleia de Freguesia estava a ouvir os problemas da Freguesia de Real e que aqueles eram transversais a várias freguesias. Ouviu falar do problema da água e em Real também tinha problemas com a água, com o saneamento, com as acessibilidades que não foram resolvidos há muitos anos. Lançou um desafio ao Presidente da AM para que a próxima sessão fosse na Freguesia de Real para poder descrever, relatar e visitar os locais da Freguesia que precisavam de ajuda. Quanto à atividade da CM e relativamente à Marcha Lenta, que foi organizada pela CM, efetivamente tudo o que se pudesse fazer, fosse marcha lenta, manifestações de rua ou junto da comunicação, para criar melhores acessibilidades para o Concelho no sentido de se fazerem ligações aos grandes centros, era de saudar e deveriam todos organizarem-se para tornar aquilo numa realidade. Quanto à Feira do Vinho Verde, trouxe grandes proveitos ao Concelho, nomeadamente a divulgação do afamado vinho. Quanto às marchas Infantis, ano após ano, tinham-se mostrado muito úteis ao concelho e às freguesias. Destacava o passeio dos idosos e que a Freguesia de Real levou 4 autocarros completos, tendo sido dinheiro bem investido. Quanto à questão dos refugiados era uma situação que o chocava muito, mas a Europa e os Estados Unidos tinham muita responsabilidade naquilo e deveriam fazer tudo para os acolher. Mas queria destacar as questões dos “refugiados portugueses”, que em 2014 tiveram de sair de Portugal para emigrar e foram cerca de 400 mil. Estes também eram refugiados, por outros motivos, e eram portugueses.

Almiro Moreira saudou todos os presentes, em especial as Presidentes da Junta e Assembleia de Freguesia de Sardoura. Referiu do que ouviu ficou com algum descontentamento pelas palavras dos Membros da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia por se sentirem um pouco esquecidos e de certa forma descriminados em relação a outras Juntas de Freguesia, mas também registou o agrado ao ouvir da parte do Sr. Presidente da CM que estaria com vontade de resolver parte dos problemas que foram ditos e esperava que as palavras passassem a atos, e que todas as freguesias deveriam ser tratadas com equidade. Tinha ouvido

as notícias na comunicação social sobre um projeto pivô, que foi apresentado e estava em consulta pública pela DOLMEN. Gostava de saber, por parte do Presidente da CM, o que pensava sobre aquele assunto. Se de facto houve, da parte da DOLMEN, uma ação que viesse interferir no âmbito das competências da ADRIMAG e se aquela situação não poderia eventualmente vir a prejudicar outras ações que Castelo de Paiva queria integrar nomeadamente na ADRIMAG. Tinha ouvido o Presidente da ADRIMAG dizer que tinha havido uma deselegância por parte da DOLMEN sobre aquele assunto em relação à ADRIMAG, por ter incluído no projeto intervenções no concelho de Castelo de Paiva que estava fora do seu âmbito de ação e como ainda não tinha conhecimento qual era a posição da CM, gostava que o Sr. Presidente da CM o esclarecesse.

José Rocha referiu que manifestava a sua concordância com a proposta do Membro José António Rocha sobre a diminuição do IMI. Durante a semana o PSD, no âmbito de uma reunião com o Sr. Presidente da CM por causa do orçamento para 2016, fez uma proposta no âmbito de apoio a natalidade e das famílias numerosas e era bom ver que estavam todos em sintonia em prol dos mais desfavorecidos.

Presidente da AM referiu que fazia 2 anos que tinham sido eleitos, tinham metade da caminhada feita e, por isso, convidava os Membros Municipais que fizessem uma reflexão sobre o que já tinham caminhado e o que faltava ainda caminhar, e se havia coisas a melhorar para a prestação da AM e para a saúde da democracia em Castelo de Paiva que saia reforçada com o contributo da Junta de Freguesia de Sardoura a quem expressamente reconheceu e agradeceu todo o contributo e o empenho que deram à sessão. No próximo dia 4 de Outubro todos iriam ser chamados a eleições e, como cidadão e Membro da AM, queria que se empenhassem e fossem todos às urnas, para votar em consciência porque não havia caminhos únicos e podiam mudar e melhorar Portugal. Quanto à questão dos refugiados referiu que estava solidário com o que foi dito pelo Membro José Rocha. Era uma vergonha o que se estava a passar. Havia regras na Europa para o transporte de animais, mas o que se estava a fazer às pessoas era pior, era uma coisa horrorosa. Não podiam ficar indiferentes, porque eram europeus e tinham responsabilidades. Não poderiam ficar indiferentes com o que se estava a passar e tinha a seguinte proposta a fazer: “*A AM reunida na sua sessão ordinária de Setembro: 1º- Manifesta a sua solidariedade a todos esses seres humanos a contas com tanto sofrimento, com perdas de vidas, com maus tratos e situações limites que interpelam as nossas consciências e nos obriga a sair da nossa indiferença. 2º Sugere à CM que promova uma reunião com as forças vivas do Concelho, as IPSS's a Associação Comercial, o representante da igreja católica, para se analisar e decidir sobre as ajudas que podemos oferecer a partir de Castelo de Paiva e desde logo a disponibilização para eventualmente acolher pelo menos uma família de refugiados em Castelo de Paiva, ou outras formas de contributo para a nossa intervenção neste assunto. 3º Que a AM delibera que os valores das senhas*

de presença desta reunião e das restantes até ao fim do ano ficassem cativas como contributo simbólico para aquelas ajudas, cabendo à 1ª. Secretaria proceder a entrega à entidade ou grupo que for criado na reunião. 4º. Convidar todos os eleitos locais de Castelo de Paiva, membros das Assembleia de Freguesia, Juntas de Freguesia e Vereadores da CM, a associarem-se, adotando a mesma medida nos órgãos que integram, devendo o Presidente da AM dar conhecimento deste convite aos responsáveis dos respetivos órgãos.”

Almiro Moreira referiu que pessoalmente estava completamente de acordo, inclusive na parte das senhas, mas achava que era uma decisão que a AM não podia impor a ninguém e que cada um, pessoalmente, junto da Mesa teria de fazer a manifestação de intenção de oferecer a senha, até porque o ato administrativo não era tão simples como o Sr. Presidente da AM dizia, porque os membros tinham de receber o valor da senha e depois doá-lo. Não era possível a CM reter o dinheiro da senha, por isso era necessário que pagassem o valor da senha a cada Membro e depois cada um faria o donativo à CM.

Presidente da AM referiu que admitia que se alguém não quisesse dar, o dissesse expressamente. Só tinha direito a senha de presença quem estava presente. Se deliberassem que a senha daquela sessão ficava cativa e que fosse entregue quando houvesse a quem entregar, não era necessário aquela burocracia. Não havia nenhum inspetor nem ninguém que se viesse meter neste mísera autonomia que estavam a exercer. Tinham algum poder e a senha era dos Membros da AM. Não via que tivessem tão reduzidos poderes que não pudessem fazer isso. Estarem a pagar e depois receberem dava uma trabalheira ridícula e assumia aquela responsabilidade. Se não tivessem aquele poder mais valia demitirem-se.

Marta Teixeira referiu que era solidária com todas as ações, mas recusava-se a oferecer a senha, porque estava desempregada.

Presidente da AM referiu que se poderia alterar a proposta, incluindo que, sem prejuízo de qualquer membro individualmente declarar a sua oposição que será atendida pela Mesa e que teria de formalmente declarar à Mesa.

Alcina Correia referiu que estava solidária para com as pessoas que estavam a passar dificuldades. Concordava com a proposta que fez sobre a reunião com a CM e as Associações que muitas vezes tinham verbas e poderiam disponibilizá-las, para em conjunto e em nome do Concelho de Castelo de Paiva, fazerem chegar àquelas instituições que os estavam a receber. Deveriam envolver as Associações e o Concelho de Castelo de Paiva naquela iniciativa. Achava que o povo de Castelo de Paiva deveria ajudar os refugiados e não se limitar só aos Membros da AM. A proposta que apresentava era a realização de uma reunião com as Associações e encontrarem consenso, arranjar verbas, roupas, alimentos e tudo o que fosse preciso. Havia serviços de voluntariado, a CM tinha serviços sociais que tinham tanto onde ir buscar que não era difícil.

Presidente da AM colocou à votação a proposta ponto por ponto.

Colocado à votação o 1º. Ponto que tinha a ver com a manifestação de solidariedade com aquele drama.

A AM deliberou aprová-la por unanimidade.

Colocado à votação o 2º. Ponto de sugerir à CM que promovesse a reunião com as forças vivas do Município para se equacionar e decidirem formas concretas de Castelo de Paiva acolher uma família de refugiados.

A AM deliberou aprová-la por unanimidade.

Colocado à votação o 3º. Ponto, que ficasse cativo o valor das senhas de presença dos Membros da AM da presente reunião e das outras até ao final do ano, para serem encaminhados como contributo para os refugiados, naquela estrutura criada a partir de Castelo de Paiva ou outra, sem prejuízo de qualquer Membro que não estivesse disponível para isso, notificasse a Mesa por escrito.

A AM deliberou aprová-la por unanimidade.

Colocado à votação o 4º. ponto, de dar conhecimento daquela última medida aos outros órgãos eleitos no Município, Assembleias de Freguesia, Juntas de Freguesia e Vereadores da CM, e convidá-los a associarem-se.

A AM deliberou aprová-la por unanimidade.

Presidente da AM deu informação das atividades em que tinha participado como representante da AM. Tinha estado presente na 18ª Feira do Vinho Verde de Castelo de Paiva, na Tomada de posse da Diretora do Agrupamento de Escolas, na Conferência de Imprensa sobre o IC35, no II Encontro Musical com a apresentação da Escola de Música da Freguesia de Santa Maria de Sardoura, na II Exposição de Colecionadores, Artesanato e Associações em Pedorido, no Dia da Freguesia de S. Martinho – Homenagem aos combatentes mortos no Ultramar, na Marcha Lenta de Canedo a Penafiel e nos Passeios Sénior 2015.

Vereador José Manuel Carvalho saudou todos os presentes, em especial as Presidentes da Junta e da Assembleia de Freguesia de Sardoura, assim como os seus membros. Quanto à questão colocada pelo Membro Almiro Moreira sobre o estudo apresentado para discussão pública, desenvolvido pela DOLMEN, Associação de Desenvolvimento Local, e no âmbito daquele estudo, era abordado um projeto de intervenção do Cais do Castelo na Freguesia de Fornos. O Município de Castelo de Paiva, enquanto território, integrava a ADRIMAG e era Membro da Direção daquela Associação de Desenvolvimento local. Referiu que as intervenções programadas que viam a ocorrer para a estratégia de eficiência coletiva no âmbito do PROVER, no território de Castelo de Paiva, passariam por uma ação concertada com o projeto que vier a ser apresentado no âmbito da ADRIMAG,

salvaguardando aquilo que era a relação institucional entre o Município de Castelo de Paiva e restantes municípios que compunham aquela Associação de Desenvolvimento Local. O que estava em apreço não era mais do que um estudo que foi desenvolvido em parceria com a Universidade do Porto sobre uma estratégia a apresentar em futuras candidaturas no âmbito daquilo que podiam ser projetos a desenvolver no chamado Douro Verde. No âmbito daquele estudo, foi aflorada a questão do Cais do Castelo, por ser um ponto de interesse enquanto cais de amarração no âmbito da estratégia para aquela região do Douro. Quanto ao cais do Castelo, foi apresentado um projeto de um consórcio que era constituído pelo ex-IPTM, a CM de Castelo de Paiva e a ADRIMAG. Aquela candidatura não foi executada, porque o IPTM não tinha desenvolvido os estudos geológicos necessários à execução do projeto e porque deixou de ter autonomia financeira para poder cativar os 15% que tinham que apresentar naquele projeto. Apesar disso, naquilo que tinha sido a intervenção do Município de Castelo de Paiva junto da ADRIMAG e junto das diversas entidades que tutelavam a região norte, tinham defendido sempre a necessidade da Freguesia de Fornos e a zona do Castelo, em particular, ser dotada de uma infraestrutura nos termos em que estava prevista, quer com o cais quer com todas as infraestruturas de apoio, até porque ficou claro que na estratégia que estava definida para os municípios da ADRIMAG, este era um projeto âncora que poderia alavancar um conjunto de projetos e aquele era um ponto estratégico, porque era uma entrada a norte e ligava todo aquele território do Douro. O Município mantinha o interesse em que aquela infraestrutura fosse contemplada e financiada.

Presidente da CM referiu que, sobre os refugiados sírios, era uma questão que a todos tinha chocado, estavam solidários e que da parte da CM merecia a melhor atenção, dentro das circunstâncias que fossem possíveis, mas aquilo que estiver no âmbito da atuação da CM e dentro das suas possibilidades iriam colaborar. Quanto à questão do IMI, referiu que foi dito, com pompa e circunstância no País, que o IMI iria baixar para as famílias numerosas, mas com aquele impacto não foi dito que seriam as autarquias que tinham de suportar aquele custo, porque era uma receita que deixava de obter. Na CM tinham mantido a taxa mínima do IMI permitida por lei mesmo em circunstâncias muito difíceis. Estavam a aguardar os dados que o Ministério das Finanças iria reportar à CM e iam estudar e analisar primeiro e dentro do prazo que estava consagrado, final de Novembro, iriam anunciar o que iam fazer. Associou-se às felicitações que foram endereçadas ao Vitor Barbosa que já tinha inúmeros êxitos no âmbito do atletismo através do Grupo Desportivo de Castelo de Paiva. Associou-se também às preocupações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real. Relativamente à marcha lenta tinha sido uma iniciativa que se tomou, não era agradável, mas era o momento para se demonstrar a indignação com o decurso do que tinha vindo a ser assumido no âmbito das acessibilidades, nomeadamente na questão do IC 35, que parecia que era extremamente negativo

para os interesses do Município e da região. Agradeceu a todos os que participaram na iniciativa e a todos aqueles que demonstraram a solidariedade e o apoio para que se continuem a debater por aquelas justas acessibilidades ao Concelho como era o IC 35 e a ligação da Variante à EN 222 ao nó da A32

3 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA E SUA REPERCUSSÃO DESIGNADAMENTE NO MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA – INTERPELAÇÃO AO SR. SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CIM-TS, SR. DR. ALÍRIO COSTA (ART. 25/5-A DA LEI N.º 75/2013).

Dr. Alírio Costa, Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, cumprimentou todos os presentes e referiu que era uma honra e um prazer estar ali. A lei conferia alguns poderes às AM's de solicitarem alguns esclarecimentos daquilo que era a atividade da Comunidade, felicitava o Presidente da AM por ter tomado aquela iniciativa, porque era a primeira AM que tomava a iniciativa de convocar um elemento do secretariado para vir prestar contas. Referiu que Castelo de Paiva podia orgulhar-se do seu Presidente que em simultâneo também era o Presidente da Comunidade Intermunicipal e o que tinha feito, dentro de um caráter de isenção e coesão, que sempre procurou dar fortes contributos para que a Comunidade fosse uma verdadeira comunidade. A Comunidade existia desde 2008 e na sua criação esteve a contratualização do pacto de desenvolvimento territorial e o que foi feito foi uma divisão e uma distribuição de recursos pelos municípios. Ao longo dos anos a CIM-TS foi-se atrasando em relação a outras CIM's de outros territórios. Mas o que era importante era fazer um diagnóstico e saber de que forma é que podiam encontrar outras plataformas. Havia um trabalho que tinha sido feito e que o Presidente da CIM-TS procurou com muita sapiência juntar as partes para que houvesse consenso. Durante dois anos, tinham uma estrutura muito débil do ponto de vista de recursos humanos, mas não os impedia de fazerem aquilo que lhes competia. Do ponto de vista institucional a CIM-TS tinha feito muito trabalho, mas ainda havia um longo caminho a percorrer. O grande tema central era a gestão do Quadro Comunitário e dava a ideia que as CIM's tinha sido criadas exclusivamente para aquilo, mas achava que não era bem assim. A CIM tinha de trabalhar, de facto, para uma lógica de quando terminassem os Quadros Comunitários tivesse autonomia suficiente e recursos próprios e fosse capaz de responder a uma comunidade muito abrangente, com quase meio milhão de habitantes. Do lado institucional, referiu que se falava muito do IC35, Nacional 222, ligação Marco - Cinfães, ligação Baião - Ponte da Ermida, das ligações de Celorico à A7, que eram os grandes eixos que estavam claramente a prejudicar o território. Aqueles temas eram responsabilidade de muitos governos e tinham sido esquecidos ao longo de muitos anos. Acharam que tiveram azar no timing em que estavam a pegar no assunto, porque pela primeira vez quer ao nível do Concelho, que tem que forçosamente ir trabalhando para ver se consegue mobilizar as estruturas centrais a

repor algo que estava em desequilíbrio num território com a dimensão de massa populacional que tinha, diria que faltava uma estrutura mais supramunicipal que pudesse intervir do ponto de vista de influenciar os decisores a tomar aquelas decisões. Corriam sistematicamente para os órgãos de decisão e as coisas teimavam em não acontecer. Acreditava que algumas delas que estavam a iniciar iam concluir-se, mas também acreditava que, em momento algum, podiam largar a corda para impedir que alguém, de um momento para o outro, pegasse no dossier e o pusesse no fundo da gaveta, porque devia estar sempre em cima da mesa. O trabalho que estavam a desenvolver com as respetivas autoridades, como o Ministro da Tutela, Secretário de Estado, CCDRN, Estradas de Portugal, tinham que manter a pressão, fosse o Governo A ou B, porque o que estava em causa era o interesse de uma comunidade que tinha de ser desencravada, porque em relação ao IC35, e quando os indicadores das Estradas de Portugal diziam que passavam mais de 14 mil viaturas por dia, ficava preocupado, porque sabia bem o que custava fazer aquela meia dúzia de quilómetros que ligava à autoestrada. Quanto ao encerramento de algumas valências no Padre Américo, foi feita uma intervenção no momento certo, o que impediu claramente que tivesse havido um compromisso, porque estava subjacente uma centralização ao nível das unidades do Porto e, como pressão da Comunidade que exerceu junto do Secretário de Estado e da respetiva Tutela, conseguiram neutralizar e sabiam que o Hospital foi reforçado em muito mais competências. Havia um tema que tinham em agenda que tinha a ver com a questão dos Tribunais e entendia que a distribuição que fizeram não satisfazia as necessidades do território. Mantinha em cima da mesa o tema de Territórios de Baixa Densidade, Territórios Rurais, como propósito de beneficiar a região como um todo e ainda um outro tema que chegou a bom porto, que foi o do vinho verde. O papel das comunidades intermunicipais ganhou uma escala e uma dimensão que lhe permitia auxiliar políticas do território, mas também casos particulares dos municípios. Havia outro dado, que era a disponibilidade do Presidente da CIM-TS para se deslocar a Lisboa ou ao Porto tratar dos assuntos e que isso fazia toda a diferença no resultado final. Tinha um projeto que ia avançar a curto prazo, porque a parte do diagnóstico estava toda pronta e tinha a ver com a criação de uma rede integrada para a gestão dos chamados animais abandonados, que era a construção de 4 canis e gatis no território. Estavam a criar condições e assim que tivessem recursos financeiros avançariam com aquele projeto. Tinham outro projeto que tinha a ver com a Agenda de Empregabilidade, onde foi feito um estudo que tinha a ver com as preocupações do emprego da inclusão social e da questão da formação. O diagnóstico estava feito e o próximo Quadro tinha recursos financeiros muito específicos para aquele âmbito. Quanto ao Plano de Marketing, e como o território era muito disperso, tinham atores no terreno e o que se esperava era que viesse a ter um chapéu coordenado pela CIM onde houvesse apenas uma comunicação em termos de imagem, de slogan e que toda a gente utilizasse a mesma linguagem para falarem do território do Tâmega e Sousa. A política dos transportes públicos

escolares era outra medida que estava a ser ultimada no sentido de a operacionalizar. Outros temas como a eficiência energética, o grande projeto do ponto de vista da visibilidade na área do empreendedorismo e da rede que foi criada em todo o território, os equipamentos dos bombeiros, que já tinham sido entregues. A Modernização Administrativa era uma candidatura que estava em fase de encerramento. Mas, em cima daquilo, tiveram que montar uma estratégia para aquilo que era o Portugal 2020 e, em Janeiro do ano passado, iniciaram o Plano estratégico de Desenvolvimento Integrado e estava na fase final para assinatura do protocolo. Não foi do agrado da CIM e entendiam que tinham saído muito penalizados por parte dos critérios de avaliação que foram definidos pela Comissão de Coordenação. Manifestaram aquele desagrado, estavam convencidos que conseguiam pôr as respetivas autoridades a olhar para um território que tinha algo de indefinição e começava a definir-se uma política e uma linha de orientação e que outros percebessem que era necessário uma intervenção diferenciada naquela região, em parceria com os grupos de ação local do território e o Conselho Empresarial, tinham desenvolvido uma serie de iniciativas, a participação em feiras como Portugal Agro, na BTL e a Feira do Luxemburgo, em que Castelo de Paiva esteve muito bem representado ao nível de produtores. O impacto daquela feira foi muito grande, porque houve mais de 15 mil pessoas e a grande satisfação é que os produtores tinham deixado lá o produto todo. Do ponto de vista do que tem sido o trabalho desenvolvido ao longo de dois anos, dava-lhe o conforto de dizer que se repositionavam ao nível do território, criaram uma imagem junto do País e da região e que já olhavam para o território com alguma cobiça e que o esforço que tinham feito tinha valido a pena. Por último, referiu que tinham criado as Olimpíadas do Desporto, as Jornadas do Desporto e não era mais do que, com técnicos dos municípios, fazer a reflexão sobre o desporto e políticas do desporto para toda a comunidade e que queriam colocar o desporto na primeira linha das preocupações no território. Referiu que tinham sido dois anos com muita intensidade, com muitas negociações ao nível de compromissos de coordenação, conselhos regionais para acompanhar todo o processo da programação do novo Quadro para não perderem uma única oportunidade, fosse do Portugal 2020, do Norte 2020, do Horizonte 2020, ou de qualquer sistema de programação e que tinham de estar muito atentos, porque era através daqueles recursos que podiam alavancar alguns dos projetos que os Municípios e o território tinham.

Almiro Moreira referiu que não tinha observado se tinha feito qualquer referência em termos de acessibilidades à ligação à A32. Não sabia se aquela omissão era entendida como não sendo uma prioridade para a CIM em detrimento da ligação ao IC35. Para ele, como município, parecia-lhe mais importante a ligação à A32 do que ao IC35. Tinha falado em algumas sinergias que tinham de ser feitas, questionou se Castelo de Paiva, pelo facto de estar geograficamente ao sul do Douro, e sendo a ADRIMAG composta por municípios todos eles da área metropolitana do Porto e a

DOLMEN composta maioritariamente por municípios da CIM, se não faria mais sentido que Castelo de Paiva não tivesse integrado naquela área local de desenvolvimento. Quando falou no Hospital e referiu-se ao Padre Américo e, como Castelo de Paiva também tinha uma ligação forte ao S. Sebastião, se calhar a CIM perdia um bocadinho, em termos de saúde, porque Castelo de Paiva dividia-se entre aqueles dois Hospitalais. Foi referido que a área metropolitana do Porto tinha ficado com um valor relativamente maior do que a CIM-TS. Questionou se a CIM-TS sem Paredes e com a hipotética saída de Paços de Ferreira ainda tinha futuro.

Dr. Alírio Costa, Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, esclareceu que relativamente à questão da referência à ligação à A32 tinha-se referido à Nacional 222, que colocava sempre a questão da Nacional e nunca fazia questão da ligação. A ligação da Nacional 222 era também a ligação a Baião – Ponte de Ermida, como Cinfães – Resende e que os eixos estavam definidos. Havia um problema sério que carecia de um tratamento diferente no passado. Era verdade que ao nível do Poder Central tinham-se esquecido de toda a margem esquerda do Rio Douro que bastava olhar para os eixos. Não interessava de quem tinha sido a responsabilidade, os Presidentes das Câmaras, a CIM, as Assembleias e a população tinham todos de lutar e fazer pressão adequada para que aquela desvantagem fosse corrigida. O território tinha uma vantagem, porque era o mais povoado em termos de NUT 3 do Norte de Portugal, tinha quase meio milhão de habitantes. Quanto a Paredes, achava que não estava satisfeita por estar na área metropolitana do Porto, porque, contrariamente ao que era expectável, iria receber menos dinheiro do que recebia se tivesse na CIM-TS. Relativamente ao Hospital de Penafiel, era o Hospital Central do Tâmega e Sousa e era só aquele. Deveria ser por aquele que se deveriam debater e criar as condições para servir a comunidade, outra coisa era falar da dupla referenciação, como era o caso de Castelo de Paiva que tinha de estar referenciado em mais do que uma unidade hospitalar e optou por aquela que estava mais perto. Mas a unidade central não podia perder valências, mas sim potenciá-las. Quanto à questão se a CIM-TS tinha futuro, referiu que poderiam comparar com outra CIM e que não deveriam ter um rol de iniciativas em menos de dois anos como a CIM-TS. O ponto de partida da CIM-TS era diferente de outras CIM's, mas quando terminassem o mandato estariam à frente de outras CIM's no norte de Portugal, porque o ritmo que tinham começado a imprimir, desde o primeiro dia, colocava-os num posicionamento que, de facto, as melhores CIM's já olhavam para muitos dos projetos que estavam a desenvolver. Achava que Castelo de Paiva tinha ficado a ganhar por ter o Presidente da CM como Presidente da CIM-TS.

Presidente da CM referiu que agradecia o trabalho que tinha sido desenvolvido na CIM-TS e que o Dr. Alírio Costa tinha sido uma pessoa fundamental para alavancar todo o projeto que tinha vindo a encetar. Não era muito fácil gerar consensos, porque havia diferenças entre os vários municípios, mas o certo era que encontraram as melhores soluções para o território. Como representavam meio

milhão de habitantes, só tinham que se afirmar, e se o fizessem iriam ter muitos mais meios ao dispor para crescer na região. Iria terminar o mandato na CIM-TS em Novembro, iria ser substituído pelo Presidente da Câmara Inácio Ribeiro até ao fim do mandato, e que toda a estratégia que estava delineada iria ter mais desenvolvimentos e resultados práticos, e de Castelo de Paiva iria ter toda a colaboração.

Presidente da AM agradeceu a presença do Secretário da CIM-TS e ficavam à espera dos resultados práticos do trabalho bom que estavam a fazer.

4 ATAS DAS SESSÕES DE 30.06.2015, DE 25.02.2015 E DE 27.06.2014.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 30.06.2015.

Colocada à votação a AM deliberou por maioria com 4 abstenções, por não terem estado presentes na sessão, e os votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida ata.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 25.02.2015.

Colocada à votação a AM deliberou por maioria com 4 abstenções, por não terem estado presentes na sessão, e os votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida ata.

Presente a ata da sessão ordinária da AM de 27.06.2014.

Colocada à votação a AM deliberou por maioria com 4 abstenções, por não terem estado presentes na sessão, e os votos a favor dos restantes membros, aprovar a referida ata, com as alterações propostas.

5 INFORMAÇÃO ESCRITA DA ACTIVIDADE DA CM E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA MESMA.

Presente o ofício 3771 de 10.09.2015, do Presidente da Câmara, contendo a informação da atividade da Câmara Municipal, bem como uma informação da situação financeira datada de 26 de Agosto de 2015, e de acordo com o Mapa dos Encargos Assumidos e Não Pagos, a dívida referente a fornecedores é, nessa data, de 567.034,48 (quinhentos e sessenta e sete mil trinta e quatro euros e quarenta e oito centimos) e do Resumo Diário de Tesouraria, de 25.08.2015, com o total de disponibilidades cujo saldo totaliza o valor de 1.642.603,52 (um milhão seiscentos e quarenta e dois mil seiscentos e três euros e cinquenta e dois centimos), sendo estes documentos depois de apreciados arquivados na pasta anexa a esta ata.

Filipe Moura, Presidente da Junta de Freguesia de Fornos, cumprimentou todos os presentes e referiu que na atividade da CM havia uma retificação que deveria ser feita relativamente a uma empreitada de sinalização horizontal dos diversos arruamentos em que falava de Fornos. Questionou se era em relação às passadeiras junto à Escola. Porque se fosse, aquela empreitada já tinha sido adjudicada e paga

pela Junta de Freguesia e não deveria estar nas empreitadas da CM, porque depois a nível orçamental as coisas não corriam bem.

Carla Freitas Vinagre, agradeceu a forma como tinham sido recebidos tão calorosamente em Sardoura. Chamou a atenção para a Edição da Agenda Cultural, porque a última não foi revista. Pois, como todos sabiam a Santa Eufémia era em Setembro e na agenda estava em Agosto. Para além disso, tinham que respeitar acima de tudo a estátua do Conde no Largo da Vila, porque na mesma agenda aparecia uma fotografia em que a referida estátua envergava o equipamento do Sporting Clube Paivense, achava que deveriam ter respeito por quem tinha dado o nome a Castelo de Paiva.

Presidente da CM esclareceu que quanto à Junta de Freguesia de Fornos, iria confirmar com os serviços.

6 NOMEAÇÃO PARA A CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, NOS TERMOS DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS ECONÓMICOS DE 2015/2016/2017.

Presente uma informação dos serviços do seguinte teor: “*Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro que estabeleceu o regime financeiro das autarquias locais que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, tornou-se obrigatório, submeter à apreciação do respetivo órgão deliberativo os documentos de prestação de contas juntamente com a certificação legal de contas e com parecer sobre as mesmas apresentado pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas. O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado (nos termos do n.º1, do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro) por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas. Em 18 de junho 2015 foi presente ao orgão executivo na sua reunião ordinária, proposta para abertura de procedimento concursal para aquisição de serviços referente certificação legal de contas para os exercícios económicos de 2015/2016/2017. Deliberou o referido orgão, por unanimidade, que fosse efetuada a consulta para apresentação de propostas a três entidades. O procedimento foi efetuado, tendo sido consultadas três empresas, das quais resultou apresentação de três propostas. As mesmas, foram analisadas pelo júri nomeado para o efeito tendo decorrido a audiência prévia sem que nenhum dos concorrentes se pronunciasse. Assim, remete -se agora o relatório final ao orgão competente para a decisão de contratar decidir sobre aprovação das propostas contidas no relatório nomeadamente para efeitos de adjudicação. A presente informação deverá ser remetida ao orgão executivo para conhecimento anexando -se a esta informação o relatório final, dando -se assim cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.”*

Presidente da CM referiu que, com o relatório final do procedimento do Revisor Oficial de Contas, e depois de verificadas as propostas que entraram na CM, procedeu-se à entrega à Empresa Ângelo Couto e Carlos Ribeiro Revisor Oficial de Contas.

Colocado à votação a AM deliberou por maioria com 9 abstenções do PSD e 16 votos a favor dos restantes membros, aprovar a proposta de nomeação da Empresa Ângelo Couto e Carlos Ribeiro Revisor Oficial de Contas para a certificação legal das contas do Município conforme informação dos serviços.

7 OUTRAS INTERVENÇÕES DE PESSOAS DO PÚBLICO PRESENTE.

Manuel Mendes, residente em Sardoura, referiu que as instalações da Junta de Freguesia, no rés-do-chão, onde esteve instalada a extensão de saúde de Sardoura, estavam encerradas, sem que sentissem uma compensação pelo Centro de Saúde que havia em Castelo de Paiva. Achava que deveriam ter consciência pela falta que fazia, porque o tempo de espera para uma consulta era superior a dois meses e meio. Deu os parabéns ao Sr. Presidente da AM por ter conduzido tão bem a sessão da AM em Sardoura. Lamentava que alguns ilustres ex-autarcas da freguesia não pudessem ter estado presentes para enriquecerem a sessão da AM.

A sessão foi encerrada às 00h08, tendo-se aprovado por unanimidade a minuta desta ata, nos termos do nº. 3 do artigo 57º. da Lei nº. 75/13, de 12 de Setembro.

Aprovada na sessão de ____ /____ /____ por_____

Com ____ votos a favor, ____ abstenções e ____ votos contra